

IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.12.2021

Reforçar a divulgação do mandarim para reforçar o sentido de identidade nacional

O Gabinete Geral do Conselho de Estado emitiu, recentemente, o Parecer sobre o reforço abrangente do trabalho linguístico e de escrita na Nova Era, nele constando um plano abrangente e sistemático para desenvolver o trabalho linguístico e de escrita nos períodos actual e futuro. Segundo este Parecer, há que reforçar os serviços linguísticos na Grande Baía, a par de prestar apoio a Hong Kong e a Macau no ensino do mandarim, e colaborar na realização de testes de proficiência em mandarim, em prol do seu uso mais generalizado nestas cidades.

Com a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e da Zona de aprofundamento, já em pleno andamento, Macau está a andar na via expressa ao nível da sua integração no desenvolvimento global do País. A interligação é importante para salvaguardar o desenvolvimento coordenado na Grande Baía, e a língua é um instrumento importante e um meio-chave de comunicação para os Governos e a população de Guangdong, Hong Kong e Macau. Segundo afirmações do Presidente Xi Jinping, “[a] língua comum é relevante na comunicação entre seres humanos, e a inexistência de uma língua comum impossibilita a comunicação e o reconhecimento”. Em Junho deste ano, o Ministério da Educação divulgou, pela primeira vez, o Relatório do estado da vida linguística na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (2021), que refere que os serviços linguísticos continuam a progredir em termos de interligação na Grande Baía, mas a qualidade merece ainda melhoria. Este Relatório recomenda que Macau deve, na sede da formação social e do ensino nas escolas, dar importância ao reforço das competências de escrita chinesa e da regulamentação da expressão escrita, para que a melhoria da mesma impulsione, por sua vez, a melhoria contínua da expressão oral em mandarim.

A Lei da língua comum falada e escrita da República Popular da China entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2001, estabelecendo o estatuto jurídico do mandarim e dos caracteres chineses como língua comum falada e escrita do país. Enquanto parte integrante do País, a RAEM foi estabelecida há 22 anos, o estatuto da língua chinesa como língua oficial tem sido implementado com eficácia em Macau, foi estabelecida a estrutura das duas línguas oficiais e a promoção do mandarim foi concretizada com eficácia, tornando-se um exemplo de sucesso do planeamento linguístico no contexto do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

Na minha opinião, a promoção da aprendizagem do mandarim não só é uma necessidade para promover a integração de Macau no desenvolvimento nacional, mas também um importante elo para reforçar a identidade nacional dos residentes. O mandarim é a língua comum do País e o seu domínio aprofundado contribui não só para a elevação da competitividade individual dos residentes, mas também para a criação de grandes oportunidades de desenvolvimento. Neste momento, o nível de mandarim dos alunos de Macau não é nada mau, mas, para manter uma boa tendência de desenvolvimento,

sugere-se que o Governo continue a consolidar a capacidade dos docentes de mandarim, aumentando o nível de ensino destes docentes e o nível de aplicação dos alunos no mandarim.

Com a aprovação do Conselho de Estado, desde 1998, a 3.^a semana de Setembro de cada ano é a Semana Nacional de Promoção do Mandarim e, até à presente data, já houve 24 Semanas de Promoção. Para elevar o nível de popularização do mandarim em Macau, sugere-se ao Governo que pondere, durante este período, incentivar as organizações comunitárias a realizarem actividades de divulgação e aprendizagem do mandarim, assim como, através de diversas medidas, elevar a consciência e a iniciativa de toda a população na aprendizagem do mandarim.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 16.12.2021

Melhorar a fisionomia da cidade e elevar a qualidade de vida

O envelhecimento da cidade é cada vez mais grave em Macau, existem cerca de 4800 edifícios com mais de 30 anos, dos quais 1700 se encontram em envelhecimento estrutural, por isso, não se pode ignorar os perigos ocultos de segurança. Olhando para os bairros antigos de Macau, verifica-se que muitos prédios estão em ruínas, há construções ilegais nos terraços e grandes grades nas janelas, o que põe em causa a fisionomia da cidade e a qualidade de vida dos residentes, e é um perigo eminente. Estes locais são “pontos negros” para a segurança do público, portanto, necessitam de ser urgentemente renovados.

Nos últimos anos, o Governo tem promovido, proactiva e ordenadamente, os diversos trabalhos de renovação urbana, incluindo a criação da Macau Renovação Urbana, S.A., detida totalmente pelo Governo, a conclusão da consulta pública sobre o Regime jurídico da renovação urbana e do relatório de estudo sobre os 7 edifícios em Iao Hon, e a construção de habitação para alojamento temporário. No início deste mês, o Conselho Executivo concluiu a discussão da proposta de lei relativa ao Regime jurídico da renovação urbana, e submeteu-a à apreciação da Assembleia Legislativa, o que representa um passo significativo na renovação urbana.

Em Junho do ano passado, quando a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas da AL procedia ao acompanhamento do planeamento do projecto e do estado financeiro da Macau Renovação Urbana S.A., revelou que o orçamento do projecto dos “sete conjuntos de edifícios antigos de Iao Hon” tinha de aguardar pela aprovação do Regime jurídico da renovação urbana e pela elaboração do projecto formal, ou seja, o projecto ainda estava em fase de concepção. Sendo este o primeiro projecto promovido pelo Governo, a sociedade deposita nele grandes expectativas, e espera que o Governo não proceda apenas à demolição e reconstrução dos edifícios antigos, mas sim, que os transforme num projecto complexo relacionado com a vida da população, no sentido de responder às solicitações dos cidadãos quanto à melhoria do ambiente dos bairros antigos e à elevação da qualidade de vida, desempenhando um papel exemplar e orientador nos trabalhos de renovação urbana. Por outras palavras, para além de ter de se resolver as necessidades habitacionais, é ainda necessário proceder ao planeamento global e à reorganização do ambiente das zonas circundantes. Por exemplo, efectuar um novo planeamento da rede rodoviária da zona, melhorar a situação das ruas estreitas e das disputas entre peões e veículos, aproveitar melhor o espaço subterrâneo para otimizar os diversos tipos de condutas subterrâneas, aumentar as instalações complementares de serviços públicos e os elementos comerciais, assim como, criar círculos comerciais e dinamizar a economia da zona, entre outros aspectos.

Os objectivos nucleares da política de renovação urbana devem ser melhorar a imagem de cidade em geral e elevar a qualidade de vida da população, por isso, o projecto de renovação urbana não deve ser apenas um projecto de construção, não se pode limitar à “remodelação de acordo com a planta original”. O Governo tem de mudar a sua

mentalidade, ponderar activamente partindo do ponto de vista do planeamento urbanístico, e sobre como é que vai conseguir, através da renovação urbana, resolver, pela raiz, muitos factores que têm impedido o desenvolvimento dos bairros antigos de Macau.

A renovação urbana é o projecto social mais complexo, abrangente e preocupante do desenvolvimento urbano, e o plano director é o quadro estratégico e o guia de acção para o desenvolvimento a longo prazo de toda a cidade, por isso, os dois estão estreitamente interligados. Segundo o Governo, o regulamento administrativo sobre o plano director seria publicado até ao final deste ano ou início de Janeiro, e sugere-se no anteprojecto que Macau seja dividida em 18 zonas. Serão elaborados, primeiro, os planos de pormenor para 5 zonas, nomeadamente, a Zona A dos Novos Aterros Urbanos, a Ilha Verde, o Porto Interior 1, o Porto Interior 2 e o Porto Exterior. Porém, o Bairro Iao Hon (Zona Norte - 2) - local do primeiro projecto de renovação urbana- não foi incluído na primeira fase de planeamento. Como resultado, a renovação urbana dos sete conjuntos de prédios no Bairro Iao Hon não pode ser sincronizada com o plano de pormenor desta zona, o que não só contraria a exigência dos moradores, de revitalização geral do bairro antigo, mas também pode ter um impacto na futura atribuição das funções comunitárias.

Por isso, sugiro ao Governo que, com base na promoção ordenada dos trabalhos de elaboração do plano director urbanístico, abandone o pensamento actual, e inove as leis e os regulamentos obsoletos, por forma a que todo o trabalho se baseie na realidade e na eficácia. No planeamento do Bairro de Iao Hon, o estudo deve limitar-se a uma determinada zona comunitária desse bairro, para que a construção dos “sete complexos habitacionais no Bairro Iao Hon” seja orientada pelo planeamento urbanístico, atingindo-se assim o objectivo de melhorar a imagem urbana e de elevar a qualidade de vida da população. Se assim for, esse primeiro projecto de renovação urbana em Macau poderá servir de demonstração, através do lançamento de uma boa base para a construção de Macau numa metrópole internacional, e a renovação urbana será uma medida eficaz para resolver os problemas da população!

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 16.12.2021

Prestar atenção ao problema de emprego dos trabalhadores devido ao caso das salas VIP

Nas últimas duas semanas, o caso relacionado com os promotores de jogo tem sido alvo de atenção da sociedade. Muitos trabalhadores estão bastante preocupados com a liquidação dos salários, as indemnizações rescisórias, a certidão de cessação de funções, etc. Na realidade, o Governo já actuou activamente nestes últimos dias, por exemplo, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) criou balcões especiais para prestar serviços de consulta jurídica, colocação profissional e formação profissional aos trabalhadores do grupo Suncity, com vista a ajudá-los a resolver os problemas.

Paira a incerteza em relação ao andamento destes casos envolvendo promotores de jogo, portanto, muitos trabalhadores do sector estão preocupados e inquietos com a possibilidade de ficarem no desemprego. Ao mesmo tempo, surgiram muitos problemas que deixam os cidadãos preocupados, por exemplo, será que os outros negócios do grupo Suncity vão ser afectados? Será que os outros promotores de jogo vão ser “cortados”, ou seja, as suas actividades nas salas VIP vão ser suspensas e vai surgir uma onda de desemprego, que pode destruir a estabilidade social?

Na realidade, os promotores de jogo recrutam, directa ou indirectamente, um grande número de pessoas, portanto, está em causa a subsistência de muitas famílias, e em particular, devido ao impacto da epidemia, o ambiente de trabalho local não é tão bom quanto antes, e não se sabe se este grupo de pessoas pode ser totalmente absorvido. O pior é que os promotores de jogo contratam, maioritariamente, pessoal das áreas das relações públicas, segurança e tesouraria, parte desse pessoal é jovem, com habilitações académicas médias ou baixas e as suas capacidades técnicas e habilitações académicas podem ser uma dificuldade para encontrar novo emprego. Além disso, são relativamente poucas as vagas oferecidas pelas empresas e a concorrência entre os diversos ramos de actividade é elevada, portanto, uma vez desempregados, quase nunca conseguem, num curto prazo, encontrar um novo emprego. Para além de, com se costuma dizer, “se param as mãos, a boca tem mesmo de se fechar”, têm de enfrentar a pressão, por exemplo, com a amortização da casa e as despesas do dia-a-dia. Esta situação não deixa de ser preocupante.

Espero que o Governo continue a acompanhar de perto o desenvolvimento deste caso e o seu impacto no mercado de trabalho local, e que intervenha activamente, pois há que aumentar a fiscalização e incentivar as entidades e os promotores do jogo a cumprirem os diplomas legais vigentes, com vista a proteger os direitos e interesses dos trabalhadores e a ajudá-los a aliviar as preocupações, ao mesmo tempo, há que recolher dados sobre estes trabalhadores e as suas dificuldades, incluindo os postos de trabalho anteriormente ocupados, habilitações académicas, idade, etc.. Há que definir com antecedência políticas para os ajudar, por exemplo, incentivar as empresas a aumentar os postos de trabalho, implementar mais políticas de apoio, melhorar o mecanismo da bolsa de emprego, organizar cursos de formação específicos para estas pessoas ou aumentar as vagas nos

(Tradução)

planos de formação subsidiada, e aumentar o leque de cursos de formação técnico-profissional, para que os trabalhadores possam mudar de profissão e reintegrar-se no mercado de trabalho, evitando, assim, o surgimento de uma onda de desemprego em Macau, tudo isto com vista a assegurar o desenvolvimento estável da sociedade.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 16.12.2021

Preocupação com a regulamentação dos trabalhadores domésticos e das medidas de importação para Macau durante a epidemia

Há dias, houve em Macau um caso suspeito de abuso de uma criança por uma empregada doméstica estrangeira, o que despertou a atenção da sociedade e fez mais uma vez soar o alarme sobre a situação da regulamentação sobre as empregadas domésticas não residentes. Com o envelhecimento da população e o aumento contínuo do número de famílias em que ambos os cônjuges trabalham, a procura de trabalhadores domésticos em Macau é cada vez maior. Para além do trabalho doméstico diário, o mais importante é esperar que as empregadas domésticas possam ajudar a cuidar dos idosos, dos menores e dos bebés, aliviando a pressão dos cuidados familiares. A ocorrência do incidente irritou, pois, muitos residentes de Macau.

Os temas sobre as empregadas domésticas têm sido um assunto popular nas conversas dos “grupos de pais”. Os trabalhadores domésticos são os membros que assumem a responsabilidade de cuidar dos idosos e das crianças, portanto, os residentes esperam que possam ser regulados por leis e regimes rigorosos e específicos, para garantir a segurança das famílias e dos bens. São frequentes as situações caóticas e os crimes envolvendo empregadas domésticas não residentes. Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Aperfeiçoar a norma sobre a mudança de profissão para evitar o pedido de demissão com má-fé

Devido à epidemia, há muitas limitações na entrada dos empregados domésticos estrangeiros, e os salários de alguns aumentaram quase para o dobro nos últimos dois anos. As situações caóticas, como “trabalhar sem cuidado” ou “tentar ser demitido” e “mudar de tipo de trabalho”, são cada vez mais frequentes, por isso, os empregadores passaram a ser um “grupo vulnerável”. Sugiro assim impedir que os empregados estrangeiros que não tenham o contrato terminado, ou que não completem determinado prazo após o termo do contrato, peçam títulos de trabalho, para evitar o pedido de demissão com má-fé por parte deles, e estudar uma solução provisória para os empregados domésticos estrangeiros ou TNR com bom registo de trabalho poderem ser contratados novamente.

2. Abrir canais para a importação de empregados domésticos estrangeiros, para aumentar a oferta e prevenir situações caóticas

Aumentar a oferta é uma forma eficaz para resolver os problemas. O Governo pretende recorrer à importação de empregados domésticos do Interior da China para suprir a respectiva falta em Macau, mas os salários e as condições de habitação aqui não são atractivos para esses empregados, por isso, são poucos os que querem vir trabalhar para cá. Sugiro então ao Governo que, sob a “prevenção rigorosa da epidemia”, estude, o mais rápido possível, aligeirar as medidas de prevenção, para que os empregados domésticos provenientes das regiões em que a situação epidémica é estável possam vir para Macau e que, tomando como referência a forma de tratamento adoptada em Hong Kong, lhes seja

proporcionado um local centralizado para isolamento, negociando uma despesa adequada para o efeito. Mais, o Governo deve reforçar a respectiva divulgação nas províncias do Interior da China que exportam empregados domésticos para Macau, com vista a atrair mais residentes de lá para virem trabalhar para cá, e aumentar o número de empregados domésticos em Macau, reduzindo-se assim os custos de contratação. Mais, o Governo deve reforçar a cooperação com as instituições que organizam cursos de formação para empregados domésticos e prestadores de cuidados de saúde, criando mais cursos para os residentes interessados em ingressar no sector poderem participar.

3. Estabelecer especificamente uma “lei das empregadas domésticas” para proteger os direitos e interesses das mesmas e do seu empregador

Os assuntos das empregadas domésticas são regulados principalmente pela Lei da contratação de trabalhadores não residentes (TNR). Mas, segundo muitos empregadores, deve haver diferenças entre as empregadas domésticas e os TNR, ao nível de despedimento, atribuições, ética e deontologia, e garantias laborais. Sugere-se ao Governo que proceda, quanto antes, a um estudo sobre a criação de uma lei específica para regulamentar as empregadas domésticas, com vista a um melhor equilíbrio, ao nível de direitos e interesses, entre os empregadores e aquelas. (3 linhas)

4. Regulamentar as condições de ingresso das empregadas domésticas e criar uma base de dados sobre as mesmas

Devido à falta de dados, a deontologia e as competências profissionais das empregadas domésticas não podem ser asseguradas. Sugere-se ao Governo que reforce a regulamentação do ingresso das empregadas domésticas e tome como referência as práticas de Taiwan e Singapura, exigindo às empregadas domésticas que concluam uma formação antes de começarem a trabalhar, que entreguem à entidade competente um atestado médico antes da entrada em Macau e que façam exames médicos periódicos. Deve-se também criar uma base de dados, para que os empregadores possam conhecer os registos de trabalho das empregadas domésticas interessadas. Enfim, para garantir a sua deontologia, propõe-se que, ao requererem o cartão azul e o título de entrada para trabalho, as empregadas domésticas de todas as nacionalidades apresentem certificados de registo criminal, para prevenir que as de má qualidade possam trabalhar em Macau.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 16.12.2021

Situação do emprego e dos direitos laborais na indústria do jogo

Sob o impacto da COVID-19, a situação do emprego tem sido fortemente afectada. Recentemente, devido ao fim do vínculo entre algumas concessionárias e os promotores do jogo, muitas salas VIP têm de encerrar durante este mês. Além de afectar os promotores, o encerramento ou fim de actividade destas salas vai agravar a situação do emprego, e originar problemas sociais, pois as mesmas assumem um peso significativo nesta indústria e empregam milhares de trabalhadores. Exorto o Governo a prestar elevada atenção e a preparar bem os planos de contingência, para proteger nos termos da lei o desenvolvimento saudável do jogo, e prestar apoio aos trabalhadores, no sentido de encontrar quanto antes soluções para os salários em atraso, indemnizações e reemprego.

Recentemente, recebemos pedidos de apoio de vários trabalhadores de salas VIP, que estão preocupados com os direitos e interesses laborais, e temem perder a subsistência, portanto esperam voltar rapidamente ao mercado de trabalho. Porém, a situação geral do emprego está em baixa, e eles têm limitações ao nível das competências profissionais, portanto, receiam não conseguir encontrar emprego adequado. Uma vez que estão em causa muitos trabalhadores, de diversas áreas e ramos profissionais, exorto o Governo a procurar conhecer a situação dos trabalhadores afectados e o emprego que pretendem, a reforçar a formação para o emprego, a libertar os postos ocupados por trabalhadores não residentes, pretendidos pelos trabalhadores locais, nomeadamente nas seis concessionárias do jogo, para estes poderem voltar rapidamente ao trabalho.

Mais, o Governo tem reiterado que o fim das salas VIP não vai afectar os trabalhadores das concessionárias, mas dada a importância destas salas, muitos trabalhadores temem que as concessionárias usem modos cruéis para emagrecer os recursos humanos, afectando o seu ganha-pão. Assim, espero que o Governo se esforce para assegurar o emprego e os interesses laborais nesta indústria, e apelo às concessionárias que aguentem as dificuldades em conjunto com os trabalhadores, emitindo energias positivas.

Outra questão que merece a nossa profunda ponderação é como é que se pode proteger uma população activa tão numerosa. Os trabalhadores do sector do jogo são o maior grupo laboral de Macau, e são muito importantes para a harmonia e estabilidade sociais. A subsistência de dezenas de milhares de trabalhadores e de famílias será afectada por qualquer incidente do género. Actualmente, o Governo dispõe do Fundo de Garantia de Créditos Laborais (FGCL), mas existe um elevado número de trabalhadores das concessionárias do jogo e é preciso tempo para tratar de tantos processos e pedidos, e nem todas as dívidas laborais podem ser pagas através deste fundo, por isso, a sociedade prefere que existam mecanismos reguladores para as operadoras do jogo conseguirem cumprir as suas responsabilidades sociais e empresariais. Em 2019, quando o Governo autorizou a prorrogação dos contratos das duas operadoras do jogo, exigiu que fossem constituídas garantias de créditos laborais para os trabalhadores, para que estes ficassem

salvaguardados, independentemente das mudanças que pudessem surgir. No entanto, a garantia de créditos laborais não foi uma exigência aquando da criação das seis operadoras de jogo, nem sempre é permanente e não abrange os trabalhadores das salas VIP que exploram actividades que não pertencem às concessionárias.

Não convém falar do caso da Suncity, porque o caso já está em processo judicial. No entanto, em termos de direitos e interesses dos trabalhadores, a DSAL procedeu rapidamente ao acompanhamento da situação, tendo criado balcões especiais para prestar apoio aos trabalhadores afectados. Até ao momento, não foi possível confirmar a relação laboral destes trabalhadores, nem contactar com o responsável da empresa, portanto, não é possível confirmar a relação laboral e as remunerações, definir a indemnização rescisória, e resolver a questão do fundo de previdência, o que deixou milhares de trabalhadores bastante preocupados e sem saber o que fazer.

Pelo exposto, solicita-se ao Governo que, para além de ajudar os trabalhadores afectados a resolverem, quanto antes, os salários em dívida, as indemnizações e a reintegração no mercado laboral, aquando da revisão da lei do jogo, exija às concessionárias a criação duma garantia regular de créditos laborais, protegendo os direitos e interesses dos trabalhadores.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 16.12.2021

Criação dum sistema de transporte lento, em prol do ambiente verde e de baixo carbono

A construção de uma bela China é conteúdo importante da realização do sonho chinês do renascimento da grande nação chinesa. Em 22 de Setembro do ano passado, o Presidente Xi Jinping anunciou, na Cimeira da Ambição Climática convocada pelas Nações Unidas, que ia lutar por atingir, até 2030, o pico das emissões de dióxido de carbono, e alcançar a neutralidade de carbono até 2060. Este plano de acção reflecte não só a determinação do nosso País em reduzir a poluição e as emissões de carbono, mas também a firme determinação e a responsabilidade histórica em promover uma bela China.

Para além de fazer bom uso dos terrenos desenvolvidos através da "renovação urbana", melhorar a fisionomia urbana e aumentar a qualidade de vida dos residentes, Macau não deve ignorar a necessidade de explorar as formas de deslocação nas zonas urbanas, a favor do aprofundamento do planeamento do desenvolvimento harmonioso entre o Homem e a Natureza. Segundo o Planeamento geral de transportes terrestres de Macau (2021-2030), o Governo pretende limitar a taxa de crescimento dos veículos em menos de 3% e promover a utilização de veículos eléctricos, estando, de facto, no caminho do referido objectivo. Podemos também aproveitar esta oportunidade para dar um passo mais longe em termos de pensamento inovador, incorporando as diferentes experiências de todo o mundo para reforçar o papel complementar dos sistemas pedonais, e até transformá-los o principal sistema de transporte verde nas zonas urbanas.

Aproveitando a oportunidade da renovação urbana, proceder ao ajustamento adequado da proporção e das relações entre os edifícios e as vias aquando do planeamento de terrenos é muito proveitoso para criar um sistema de mobilidade lenta urbana, que pode reforçar a acessibilidade dos residentes desde casa até às paragens ou estações para apanhar o autocarro ou o metro ligeiro. Dito de modo simples, isto é para servir melhor a população que vai trabalhar e estudar. Analisando a situação actual, nos últimos anos, o Governo tem considerado o planeamento de alguns bairros de Macau segundo os critérios de circulação pedonal, e os trabalhos de separação da circulação de pessoas e de veículos e de reordenamento das vias já alcançaram resultados. Por exemplo, o Plano de Embelezamento da Rua da Encosta e do Acesso Pedonal de Ligação entre o ZAPE e a Colina da Guia, o sistema de escadas rolantes da Rua da Surpresa, a passagem inferior junto do Pavilhão Cheok Kun com acesso ao trilho da Colina da Guia, o sistema pedonal da Colina da Taipa Pequena e o sistema pedonal da Colina da Guia em curso. Estes sistemas pedonais não só permitem ao público chegar facilmente às diversas zonas da cidade, mas também o encorajam a fazer exercício físico enquanto se desloca, desfrutando das árvores e da vida. A adopção de um estilo de vida de baixo carbono e poupança de energia é uma intenção do Governo que merece o nosso elogio e reconhecimento.

As quatro estações de Macau não são todas Primavera, sobretudo no Verão, caracterizado por um clima quente e chuvoso, constituindo um grande obstáculo para as deslocações ecológicas dos residentes. Assim sendo, o planeamento e a concepção do

sistema pedonal devem ser ponderados sob o prisma de “independentemente das condições climáticas”. Este sistema é composto por uma série de infra-estruturas de transporte construídas de três formas, nomeadamente, em viaduto, à superfície e subterrâneas, e é constituído por um sistema pedonal que funciona 24 horas por dia, podendo reduzir ao mínimo os impactos das mudanças de tempo nas deslocações a pé. Incentivar as deslocações a pé contribui não só para a redução das emissões de carbono, como também para o arranjo paisagístico através das coberturas panorâmicas do sistema pedonal e para o sombreamento através de ajardinamentos verticais, contribuindo para revitalizar ainda mais a cidade e aumentar a fluidez do trânsito, facilitando a separação entre peões e veículos. Os resultados serão melhores. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Integrar, quanto antes, o projecto do sistema pedonal de 24 horas nos 5 bairros onde se decidiu dar início aos planos de pormenor, com vista a elevar a qualidade da renovação urbana através da criação de um sistema de passeios.

2. No planeamento geral dos Novos Aterros Urbanos, nomeadamente nas Zonas A, B, C e D, a construção de um sistema pedonal permanente vai ser uma das instalações indispensáveis ao planeamento dos transportes naquelas zonas.

3. Promover a construção do Terminal Marítimo de Pac On, do Aeroporto, da Strip do COTAI, da Taipa Grande, da Costa Sul do Monte Jin, da Baía da Praia do Manduco, para que os residentes da Avenida Wai Long, do Jockey Clube de Macau e de Seac Pai Van possam ter acesso ao Terminal Marítimo, permitindo que os passageiros, quer do terminal marítimo, quer do aeroporto, usufruam da vida de lazer de Macau.

Para transformar o “Passeio de baixo carbono” num critério básico para a vida de Macau, espera-se que, ao mesmo tempo que se promove o objectivo da diversificação adequada da economia, se possa também contribuir com a escassa capacidade de Macau para a "meta de duplo carbono de 30, 60 " e atender às necessidades do país.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 16.12.2021

Benefícios das tarifas de autocarros para os residentes entre os 60 e os 64 anos

Em Macau, não existe uma idade legal para a aposentação (na função pública é entre os 55 e os 65 anos, e nas empresas privadas não há uma idade definida). O Governo da RAEM entende por idosos as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, e foram estabelecidas, partindo desta definição, uma série de políticas de protecção dos direitos e interesses dos idosos, incluindo a atribuição de subsídios às tarifas, tendo a DSAT lançado, no dia 1 de Julho de 2008, as medidas de subsídio às tarifas de autocarros, entre as quais o “programa de benefícios de tarifas para idosos”, destinado aos residentes de Macau que tenham completado 65 anos. No dia 21 de Abril de 2018, este programa foi aperfeiçoado e os referidos residentes, titulares do “cartão de idoso”, passaram a ter acesso gratuito a todas as carreiras dos autocarros públicos.

Em todas as cidades vizinhas, a terceira idade começa aos 60 anos. Em Zhuhai, em 2006, implementou-se a política de isenção do pagamento das tarifas de autocarros para os residentes com mais de 60 anos, e de redução da tarifa em 50% para os não residentes com mais de 65 anos, e em 2015, a Sociedade de Autocarros de Zhuhai estendeu a isenção do pagamento aos não residentes a partir dos 60 anos. Em meados deste ano, o Governo de Hong Kong anunciou que, em 27 de Fevereiro de 2022, ia reduzir para 60 a idade dos idosos e portadores de deficiência para os descontos nos transportes públicos, portanto, as pessoas entre os 60 e 64 anos vão pagar dois dólares de Hong Kong, tal como os idosos com mais de 65 anos, para utilizar o metro, os autocarros das empresas concessionárias, o ferry, os autocarros ligeiros, bem como as novas carreiras vermelhas de autocarro ligeiro, o ferry Kai-to, e os eléctricos. Isto é um forte contraste com a política de apoio nos transportes públicos de Macau.

Na minha opinião, os autocarros são o meio de transporte público mais importante de Macau e as tarifas têm grande impacto para a população. Com a construção e o aceleração da Grande Baía e da zona de cooperação aprofundada, os residentes de Macau estão cada vez mais interessados em viver e desenvolver-se na Grande Baía, incluindo muitos entre os 60 e os 64 anos, e vão sentir que existe uma distância entre Macau e essas cidades no âmbito das políticas de apoio aos transportes públicos, não se afastando a possibilidade de surgir algum descontentamento em relação às políticas respectivas. Recentemente, foi implementado, de forma ordenada, o plano de registo dos passageiros de autocarros, que permite ao Governo acompanhar melhor os passageiros que circulam na mesma via com doentes confirmados com COVID, e permite aos serviços competentes e às empresas em causa ficarem a conhecer melhor a percentagem de residentes de Macau que utilizam os autocarros e os seus hábitos de deslocação. Por outras palavras, o Governo da RAEM tem agora mais condições para implementar diferentes políticas de transportes públicos do que no passado, incluindo o programa de benefícios das tarifas de autocarros, que deve também ser aperfeiçoado e melhorado.

(Tradução)

A meu ver, o Governo deve aproveitar esta oportunidade e considerar tomar como referência e acompanhar a política das regiões vizinhas, para conceder benefícios de redução ou isenção das tarifas de autocarro às pessoas entre os 60 e os 64 anos, pois assim será possível aperfeiçoar o Programa de benefícios das tarifas, que está em vigor há vários anos, reduzir os encargos dos idosos entre os 60 e os 64 anos, e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar as políticas de benefícios destinadas aos idosos, no sentido de, partindo do seu ponto de vista, garantir as suas necessidades de deslocação diária.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.12.2021

Apreciação e autorização do requerimento de fixação de residência de técnicos especializados

Após a denúncia, pelo CCAC em 2018, de vários casos de falsificação de documentos na imigração por investimentos relevantes, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento começou a reavaliação dos pedidos de imigração de técnicos especializados e por investimentos, e reajustou os procedimentos. É verdade que a sociedade reconhece a necessidade de o Governo tratar o incidente e corrigir os erros com seriedade, mas, de acordo com informações, alguns profissionais têm servido Macau e os diversos sectores, mas devido aos referidos casos, o processo dos seus pedidos de fixação de residência está lento ou parado, e nalguns casos a autorização de permanência foi mesmo cancelada.

Eu e alguns Deputados demos conta da situação, e a autorização de residência temporária de alguns profissionais especializados foi renovada, o que merece o nosso reconhecimento, mas muitos pedidos ainda estão por resolver. De acordo com alguns professores universitários, investigadores, e profissionais altamente qualificados das áreas da ciência e tecnologia, medicina e finanças, que já trabalham em Macau há anos e têm habilitações e conhecimentos profissionais, os seus bilhetes de identidade de residente não permanente, conseguidos há anos, não foram renovados sem justa causa, ou estão pendentes há muito tempo, portanto, com documentos caducados, a vida de toda a família ficou difícil, pois só podem permanecer em Macau com o título de apresentação, como as pessoas em vias de repatriamento e os empregados domésticos retidos em Macau, e não podem trabalhar, os filhos não podem andar na escola nem ir ao médico, e até têm dificuldades em entrar e sair de Macau. Sem alternativas, acabaram por processar as autoridades. Além disso, as actividades das empresas ou entidades em que trabalhavam ficaram gravemente afectadas. Esta situação implica muito tempo e energia do Governo, dos requerentes e das empresas ou entidades, e abalou a confiança dos profissionais altamente qualificados em virem trabalhar para Macau.

É um facto inegável que os imigrantes técnicos e especializados desempenharam um papel muito importante no passado, durante o processo do desenvolvimento económico e da formação de talentos. Por isso, na minha opinião, o sucesso ou insucesso na apreciação dos pedidos deve ser avaliado ao nível jurídico, com base em critérios objectivos e no contributo efectivo para a sociedade de Macau. Apesar das falhas verificadas no passado, é necessário que os serviços competentes reforcem o controlo, para não se afectar o normal desenvolvimento da sociedade. O Governo está a proceder à consulta pública sobre o “Regime de captação de quadros qualificados”, portanto, é necessário algum tempo até à efectiva entrada em vigor da lei. Espero que as autoridades adoptem uma atitude activa e cautelosa, no âmbito do quadro legal vigente, para tratar, de acordo com a lei alguns pedidos, que há muito se arrastam, de imigração por fixação de residência dos técnicos especializados, acelerando os diversos procedimentos de apreciação e aprovação, a fim de evitar a ruptura de quadros onde há necessidades reais. Deste modo, aumenta-se, ao

mesmo tempo, a confiança na importação de talentos, através do referido Regime de captação de quadros qualificados, para trabalhar e viver em Macau.

Por outro lado, tendo em conta que se encontra em curso a consulta pública sobre o referido Regime, apelo ao Governo e à sociedade para se criar um ambiente social em que se valorizem e aproveitem os talentos. Sob o princípio da prioridade dos quadros qualificados locais, é preciso assegurar que a sociedade, ao importar os quadros qualificados de alta qualidade que faltam em Macau, disponha de um canal rigoroso e livre, e tenha uma atitude positiva em relação à complementaridade dos talentos importados, enquanto forte apoio para acelerar a recuperação económica de Macau e o desenvolvimento das indústrias emergentes.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.12.2021

Promover a articulação entre a Zona de Cooperação Aprofundada e Macau no âmbito dos serviços básicos

A elaboração e a divulgação do “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” (Zona de Cooperação) constituem uma grande força motriz para o desenvolvimento de Macau a longo prazo, favorecendo a sua integração no desenvolvimento nacional e, em última análise, beneficiando os cidadãos de Macau. Muitos residentes afirmam que têm grande esperança quanto à vida e ao emprego na Grande Baía, e estão interessados em ir para aí estudar, viver, trabalhar e reformar-se. Ao mesmo tempo, espero que o Governo promova, o mais rápido possível e de forma ordenada, a articulação com a Zona de Cooperação no âmbito dos serviços públicos e do sistema de segurança social, nomeadamente, nas áreas de ensino, saúde e serviços sociais, acelerando a construção do “Novo Bairro de Macau”, com vista ao bem-estar dos residentes na Zona de Cooperação.

Em primeiro lugar, quanto ao ensino, embora as autoridades planeiem criar escolas para a admissão prioritária dos residentes de Macau, os seus modelos pedagógicos e conteúdos curriculares devem articular-se com os das escolas de Macau. Mais, os estudantes admitidos devem beneficiar dos mesmos subsídios que os que prosseguem os seus estudos em Macau.

No âmbito da saúde, as autoridades afirmaram que iam criar um posto de saúde, tendo como referência a dimensão dos centros de saúde de Macau, bem como o actual modelo de financiamento pelos Serviços de Saúde às instituições sem fins lucrativos para a prestação de serviços, de modo a proporcionar serviços gratuitos de consulta externa aos residentes de Macau que vivem na Zona de Cooperação. Ao mesmo tempo, as autoridades devem ponderar criar um mecanismo de transferência entre os centros de saúde de Macau, o novo posto de saúde no “Novo Bairro de Macau” e os principais hospitais de Macau e Zhuhai, com a criação de uma “via verde” para facilitar a transferência dos residentes de Macau entre as instituições médicas da Zona de Cooperação e Macau.

No que diz respeito à vida na terceira idade, devido à falta de recursos de *software* e *hardware* em Macau, a Zona de Cooperação não deixa de ser uma alternativa mais eficaz para aliviar a pressão dos lares e a procura premente de residências para idosos por parte da sociedade de Macau, para além de proporcionar oportunidades para Guangdong e Macau criarem, em conjunto, a “indústria de cabelo grisalho”. Sugere-se ao Governo que construa, na Zona de Cooperação, instalações que integrem lares e residências de idosos, por forma a aliviar a pressão dos recursos de Macau, reduzir o custo de vida dos residentes idosos e aumentar a sua qualidade de vida.

Espero que o Governo da RAEM promova, activamente, o aperfeiçoamento das instalações e dos sistemas relacionados com o bem-estar da população, ajudando mais residentes a integrarem-se na Grande Baía, transformando a Zona de Cooperação num “novo lar” que facilite a vida e o emprego dos residentes de Macau!

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 16.12.2021

Revitalizar o ambiente comercial dos bairros antigos e elevar a qualidade de vida dos moradores

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado no planeamento e construção de habitação pública, para apoiar os residentes na resolução das suas necessidades habitacionais. Mas, entretanto, os moradores dos bairros antigos esperam que o Governo acelere os trabalhos de renovação urbana, para melhorar o ambiente habitacional desses bairros. O mais importante é que a sociedade espera que os projectos de renovação urbana promovidos pelo Governo deixem de ser projectos de simples reconstrução de um edifício, e que se utilize uma zona para o respectivo planeamento geral e desenvolvimento, incluindo a realização sistemática de reordenamento e embelezamento das vias, dos espaços verdes, da iluminação e das canalizações subterrâneas da zona visada, bem como o melhoramento das instalações de transportes públicos e do ambiente de negócios, com vista à revitalização dos bairros antigos.

A vantagem do desenvolvimento por zona na renovação urbana é que, durante o processo, alguns espaços de terreno com certa dimensão podem ser completamente libertados, e o Governo pode proceder a um novo planeamento e a uma redistribuição das instalações da zona em causa, tendo em conta o seu posicionamento e as solicitações dos moradores. Sugiro assim ao Governo que, nos projectos de renovação urbana, tome como referência o modelo de construção de novas habitações públicas ou de grandes empreendimentos privados em Hong Kong, utilizando as plataformas e os pódios para construir um complexo comercial, e alterando o modelo de negócio dos bairros antigos, em que as lojas são, na sua maioria, pequenas. Assim será possível satisfazer de vez as necessidades quotidianas dos residentes, no âmbito de vestuário, alimentação, alojamento e transportes, e integrar as diversas instalações comunitárias, como os auto-silos, sistemas pedonais, creches e parques de lazer, libertando ainda mais espaços à superfície, que podem ser utilizados para alargar a rede rodoviária e atenuar a pressão de trânsito, atingindo-se consequentemente o objectivo de melhorar o ambiente habitacional e de negócios dos bairros antigos.

A construção de diversas instalações comunitárias, o desenvolvimento de grandes centros comerciais e o aumento de elementos comerciais nos bairros comunitários necessitam de infra-estruturas complementares. Todos sabem que, nos bairros antigos, as canalizações subterrâneas de água, electricidade, telecomunicações e drenagem residual são muito antigas e têm falta de planeamento sistemático, e os problemas existentes estão todos interligados, o que faz com que o Governo não se atreva a resolvê-los, ou a reordenar essas canalizações. Com o desenvolvimento socioeconómico, estas infra-estruturas já não conseguem satisfazer as necessidades da população, nem se articular com o desenvolvimento a longo prazo da cidade. Mas, em conjugação com o reordenamento dos bairros no âmbito da renovação urbana, e através do replaneamento e da reutilização dos espaços subterrâneos, os respectivos problemas podem ser resolvidos na fonte. É claro que a transformação das canalizações subterrâneas envolve um âmbito muito amplo, por isso só com o reordenamento de alguns bairros não dá para resolver

esses problemas, portanto, proponho ao Governo que defina normas e especificações técnicas uniformizadas de construção, procedendo à reconstrução das canalizações subterrâneas dos bairros no âmbito da renovação urbana. Quando as zonas adjacentes desses bairros estiverem em fase de renovação ou reunirem as condições necessárias, as canalizações subterrâneas das diferentes zonas poderão ser ligadas segundo os critérios técnicos estabelecidos, de modo a acelerar o andamento dos respectivos trabalhos, o que pode reduzir o impacto sobre a vida da população e o funcionamento quotidiano da sociedade.

A renovação urbana é um meio importante para resolver o envelhecimento da cidade. Durante o processo, o Governo deve quebrar o pensamento tradicional dando importância às políticas de orientação no âmbito do planeamento urbanístico, pois só assim é que pode melhor responder às diversas solicitações sociais, elevar o nível de modernização da cidade e melhorar a qualidade de vida da população.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.12.2021

O futuro desenvolvimento do sector do jogo

Recentemente, o responsável por uma empresa de promoção de jogos de fortuna ou azar foi detido, acusado de participar em jogos ilegais de fortuna ou azar transfronteiriços e actividades de branqueamento de capitais. Algumas salas VIP dos promotores de jogo também foram encerradas, muitos trabalhadores dessas salas estão a deparar-se com a possibilidade de ficar no desemprego, e a sociedade está preocupada com o impacto no mercado de trabalho de Macau e o encerramento de todas as salas VIP dos promotores de jogo por parte dos operadores de outros casinos.

Apesar de a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) ter criado balcões especiais para informar os trabalhadores afectados sobre questões como indemnização rescisória, remunerações, férias, etc., para além de prestar apoio aos trabalhadores afectados, espero que o Governo da RAEM possa, ao mesmo tempo, prestar atenção aos problemas familiares dos mesmos, para saber se, devido ao desemprego, estes estão a sofrer uma grande pressão psicológica, evitando, assim, a ocorrência de outros problemas sociais. Mais, não parece que o incidente tenha, até ao momento, causado grande impacto negativo na economia global de Macau. Todavia, os sectores do jogo e do turismo são importantes fontes de receitas para a economia de Macau, e as receitas das salas VIP ocupam 70 por cento das receitas do jogo nos períodos de pico. Embora o contributo dessas salas para as receitas do jogo tenha diminuído significativamente na sequência da epidemia, o Governo da RAEM deve continuar a acompanhar e a monitorizar a evolução da situação, avaliar, de forma contínua, o possível impacto negativo no sector da promoção de jogos, nas salas VIP e nos sectores relacionados, como, também, há que ponderar, seriamente, como se pode ajustar melhor a estrutura económica de Macau, como pode o sector do jogo desenvolver-se de forma saudável e sustentável, e como se pode reduzir o impacto do sector do jogo nas finanças públicas e no PIB.

Na verdade, todas as seis licenças de jogo caducam em 2022. O Governo da RAEM concluiu os trabalhos de consulta pública sobre a lei do jogo em finais de Outubro deste ano, mas ainda não foi divulgado o respectivo relatório final, nem, até agora, o projecto de renovação das licenças de jogo. Nos últimos anos, o Estado reforçou a gestão do fluxo de capitais transfronteiriços, e, em 1 de Março deste ano, foi implementado o projecto de revisão da Lei Penal da República Popular da China, envolvendo a revisão de vários crimes, como: o crime do jogo, o de abertura de casinos, o de organização na participação de crime do jogo no exterior, o de branqueamento de capitais, etc., exercendo grande influência sobre o futuro rumo do jogo em Macau e a revisão da lei do jogo. No futuro, quanto ao sector do jogo, o mais importante, para além de ajudar a diversificação adequada da economia, aumentar os elementos não-jogo e as responsabilidades sociais, e apoiar as pequenas e médias empresas (PME) e o desenvolvimento conjunto das indústrias relacionadas, é responder adequadamente às mudanças das políticas nacionais, atendendo aos interesses da segurança nacional e aos interesses gerais da RAEM, sobretudo

equilibrando a fiscalização das salas VIP e dos promotores de jogo. Espero que o Governo acelere o ritmo dos trabalhos de revisão da lei do sector do jogo e organize bem os trabalhos de resposta, e divulgue, quanto antes, as respectivas informações, para o sector e os trabalhadores poderem preparar-se melhor e o sector do jogo poder desenvolver-se de forma saudável e sustentável. Ao mesmo tempo, espero que, através da revisão da lei do jogo, sejam melhoradas as garantias de emprego e de aposentação dos trabalhadores locais do sector, estabilizadas as oportunidades de emprego dos trabalhadores locais, aumentado o investimento em mais e diversificadas acções de formação em serviço, e aumentada adequadamente a percentagem de trabalhadores residentes em cargos médios e superiores de gestão, promovendo a ascensão profissional dos residentes.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.12.2021

Espera-se que as autoridades prestem apoio adequado aos trabalhadores das salas de VIP e continuem a ajudar os residentes no acesso ao emprego

Com o controlo da situação da pandemia que surgiu em Setembro, o número de turistas aumentou, e a sociedade em geral espera a retoma gradual da economia. Contudo, é urgente resolver os problemas de emprego. Mais, com os recentes casos das salas de VIP e o ajustamento das respectivas actividades, o mercado laboral ficou afectado, o que é preocupante.

Os trabalhadores do Grupo Suncity continuam com mais dificuldades. Alguns já pediram ajuda à DSAL, mas, como não receberam a notificação da empresa sobre a demissão, a sua relação laboral está por confirmar, ainda que o seu trabalho já tenha sido suspenso há mais de dez dias. Mais, não conseguem requerer o subsídio de desemprego do Fundo de Segurança Social nem conseguem inscrever-se nos cursos do Plano de formação subsidiada orientada para a empregabilidade. Por um lado, temem mudar de emprego, pois a indemnização laboral será afectada se a sua situação for considerada como “demissão por iniciativa própria”; e por outro, mesmo que tentem encontrar trabalho, provavelmente terão muitas dificuldades por não conseguirem apresentar ao novo empregador o comprovativo da desvinculação de serviço, portanto, a suspensão de trabalho tira-lhes o pão de cada dia.

Mais, outras salas VIP afirmaram, sucessivamente, ter recebido a notificação dos casinos sobre a suspensão da colaboração, portanto, tiveram de encerrar alguns recintos e já notificaram os trabalhadores sobre o despedimento. As autoridades devem acompanhar bem esta situação de numerosos trabalhadores a ficarem desempregados ao mesmo tempo, caso contrário, a situação de emprego em geral vai piorar cada vez mais.

Solicito ao Governo que apoie activamente os trabalhadores afectados e continue a apoiar os residentes no acesso ao emprego:

Primeiro, tendo em conta a situação dos trabalhadores da *Suncity*, espera-se que o Governo os ajude rapidamente a obter esclarecimentos sobre as relações laborais, para poderem obter a devida indemnização, requerer o subsídio de desemprego e aproveitar novas oportunidades de emprego. Quanto aos trabalhadores de outras salas VIP que vão parar de funcionar, há que tomar a iniciativa de prestar atenção à sua situação e empregar os esforços possíveis para proteger os seus direitos e interesses.

Segundo, quanto à suspensão de funcionamento de várias salas VIP, segundo o Governo, os trabalhadores destas salas são contratados pelas concessionárias, por isso, não vão ser prejudicados, mas na realidade, os trabalhadores das relações públicas, os caixas e os motoristas são contratados directamente pelos promotores de jogo, e muitos deles já ficaram desempregados. Assim sendo, solicito à DSAL e à Inspecção de Jogos que tomem a iniciativa de intervir para saber detalhadamente o número de trabalhadores que foram afectados e os postos que ocupavam, e que definam planos de contingência para ajudá-los

a encontrar emprego. Há ainda que incentivar as concessionárias a iniciar colocações de emprego, para contratar os desempregados que reúnem condições, tudo para minimizar o impacto deste caso para os trabalhadores e para o sector do jogo.

Terceiro, face à gravidade da situação global, o Governo deve continuar a prestar apoio aos desempregados. Exorto o Governo a manter uma boa gestão dos trabalhadores não residentes, a fiscalizar a conjugação entre a oferta e a procura de emprego e a apoiar os candidatos a emprego, no sentido de garantir a prioridade dos locais no acesso ao emprego. Há que procurar criar mais postos de trabalho para atenuar o problema do desemprego, bem como definir mais planos concretos para aumentar a taxa de sucesso dos desempregados na procura de emprego. Por exemplo, o Governo lançou o Plano de Estágio “Criar Melhores Perspectivas de Trabalho”, que tem como principais destinatários os licenciados nos últimos dois anos, mas quando existem vagas disponíveis, deve permitir-se a participação de outros desempregados com condições para tal; deve ainda criar-se, quanto antes, um plano de formação em serviço remunerada, permitindo aos desempregados que ingressem primeiro na carreira, com vista ao domínio das técnicas necessárias através da aprendizagem, em conjugação com a prática.

Quarto, quero reiterar que, como o sector do jogo contrata um grande número de trabalhadores, no processo de aperfeiçoamento da futura lei do jogo, é preciso assegurar que as empresas tenham fundos suficientes para o funcionamento, nomeadamente através de garantias bancárias, por forma a assegurar que tenham capacidade para cumprir as obrigações laborais, de modo a proteger os direitos e interesses dos trabalhadores, e evitar qualquer impacto para a sociedade quando surgir algum problema.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.12.2021

Medidas de apoio internas e externas, para promover a transformação qualitativa da medicina tradicional chinesa

Face à pandemia, o Governo tem reforçado a diversificação económica, e a medicina tradicional chinesa assume-se como componente importante. Nos últimos anos, o Governo definiu o posicionamento para o desenvolvimento desta indústria, isto é, transformar Macau numa base para o registo e a produção de medicamentos da MTC, que são componentes da macro saúde, através da promoção da própria MTC.

O Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa Guangdong–Macau foi criado em 2011, em Hengqin, é o primeiro projecto do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, e após vários anos de desenvolvimento, conta com 216 empresas registadas, e 105 já celebraram contrato para se instalar no parque. Foram criadas 52 empresas de Macau nas áreas da investigação e produção da MTC, cuidados de saúde, serviços tecnológicos, e macro saúde. Mais, a Lei da actividade farmacêutica no âmbito da medicina tradicional chinesa e do registo de medicamentos tradicionais chineses foi aprovada, vai ser criada uma entidade de supervisão do medicamento no próximo ano, e realizou-se o 1.º curso avançado de estágios de medicina clínica de MTC. Tudo isto demonstra que já se criou uma base sólida. Resta agora ponderar sobre como levar a MTC de Macau para a Grande Baía e para o mundo.

De acordo com as linhas de acção governativa para o próximo ano, a promoção da macro saúde através da MTC passa por três aspectos: aceleração da transformação dos resultados da investigação e desenvolvimento, orientação e promoção da aglomeração industrial no parque, e promoção da instalação de empresas farmacêuticas de renome em Macau. Há que aproveitar a característica de Macau, isto é, ser pequena, mas com plataformas grandes, para garantir o salto qualitativo do desenvolvimento da MTC:

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. No que respeita às vantagens externas, é necessária uma melhor integração das políticas de Macau. Macau tem várias vantagens no desenvolvimento da indústria dos cuidados gerais de saúde, incluindo as vantagens institucionais de “Um País, Dois Sistemas”, a sua articulação com o mercado internacional, a vantagem tradicional da plataforma sino-lusófona, a vantagem do mercado de capitais, etc. Macau deve desempenhar bem o seu papel de plataforma, a fim de poder trazer uma mudança qualitativa para o desenvolvimento da medicina tradicional chinesa, por isso, sugiro a criação de um fundo de investimento, para melhor integrar as empresas locais de medicina tradicional chinesa, e criar em conjunto uma empresa de medicina tradicional chinesa de Macau cotada na Bolsa. Ao mesmo tempo, pode desenvolver-se uma marca local de medicina tradicional chinesa, e com Macau como produtor e como núcleo, construir uma base de produção de medicina tradicional chinesa de classe mundial e um local de

inovação com total autonomia e direitos de propriedade intelectual, de modo a contribuir para o desenvolvimento da diversificação industrial de Macau.

2. A integração entre a produção, a academia e a investigação. Sugiro o reforço da cooperação com os dois laboratórios de referência do Estado para a medicina tradicional chinesa para se criarem medicamentos inovadores, medicamentos com o mesmo nome e fórmula, e que se registem as preparações farmacêuticas, que se melhorem os novos medicamentos, que se registem e apreciem os produtos de medicina tradicional chinesa de Macau, e que se crie uma linha de produção de medicamentos chineses de primeira classe na Ilha de Hengqin. Ao mesmo tempo, é preciso ter Macau como centro, integrando a produção, a academia e a investigação, ter direitos de propriedade intelectual, e uma plataforma de investigação, desenvolvimento e transformação inovadora no âmbito da medicina com características chinesas, para ajudar Macau a enfrentar o mundo, construindo uma base nacional de exportação de serviços, desenvolvendo a medicina tradicional chinesa e reforçando a plataforma de comércio internacional.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.12.2021

Construção do Centro Modal de Transportes da Barra e planeamento do trânsito envolvente

Devido a avarias constantes dos cabos eléctricos, o metro ligeiro tem de ser suspenso durante meio ano para manutenção, o que suscita preocupação quanto à sua exploração e desenvolvimento, sendo que o ponto fulcral a resolver é a ligação entre a Taipa e Macau. Embora a linha leste seja mais profícua, a sua construção leva tempo e “água que está longe não apaga o fogo que está perto”. A estação da Barra, por sua vez, já se encontra numa fase embrionária, após vários anos de esforços. No entanto, o desenvolvimento da estação da Barra não foi mencionado nas LAG, por isso, durante o último debate da área dos transportes e obras públicas, muitos deputados mostraram-se preocupados com a construção dessa estação e com a sua ligação a Macau.

Na Barra não existe só a estação do metro ligeiro, também há o Centro Modal de Transportes. No entanto, as obras duram há já muito tempo, obrigando a constantes desvios do trânsito e originado o caos do trânsito nas zonas adjacentes, um autêntico martírio para a população, que sofre ainda dos atrasos verificados nas obras. O Governo salientou várias vezes que o Centro Modal de Transportes e a estação da Barra são duas obras independentes, e que os atrasos do Centro Modal não vão afectar a construção e a entrada em funcionamento da estação do metro ligeiro. Acrescentou, porém, que o Centro Modal só pode abrir ao público após a conclusão da estação da Barra, que o Centro Modal conta com praças, parques de estacionamento e paragens de autocarros, e que se estava a coordenar tudo com os respectivos serviços para a abertura antecipada de algumas instalações em condições de segurança.

A Estação da Barra do Metro Ligeiro e o Centro Modal de Transportes da Barra são inseparáveis. A sociedade não conhece bem os dois projectos, e há quem questione a sua utilidade. Segundo o Governo, a Estação da Barra do Metro Ligeiro vai entrar em funcionamento no final de 2023 ou no início de 2024, mas nada referiu sobre a data de entrada em funcionamento do referido Centro Modal. O Governo deve assegurar que as obras estejam concluídas no prazo previsto, aperfeiçoar e reordenar o trânsito na Barra, divulgar, quanto antes, mais informações, e apresentar as funções dos dois projectos e o plano de trânsito da zona envolvente, entre outros, para que os residentes fiquem a saber exactamente a data de conclusão das obras e a data da entrada em funcionamento das instalações, tudo isto para dissipar as dúvidas do público.

Com a conclusão da consulta pública sobre o plano director urbanístico e a sua divulgação em breve, o Governo deve concretizar, quanto antes, os planos urbanístico e de trânsito da zona da Barra e das suas proximidades, transformando a Barra num importante local de transporte no sudoeste da Península de Macau, com vista a facilitar as deslocações dos cidadãos e dos turistas.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 16.12.2021

Exortar o Governo a enfrentar activamente o problema do desemprego e a procurar estabilizar a passagem das fronteiras entre Guangdong, Hong Kong e Macau

Há dias, um dos Secretários afirmou que todos precisam de manter a confiança no futuro de Macau, e é claro que a confiança não vai aparecer sem mais nem menos, mas, sim, através da definição de um percurso claro de prevenção epidémica e de medidas concretas de recuperação por parte do Governo, nomeadamente, através da adopção de medidas de prevenção iguais às das regiões vizinhas, para manter a estabilidade da passagem nos postos fronteiriços, pois só assim se pode aumentar a confiança da população de Macau e recuperar verdadeiramente a sua economia.

Com a estabilidade gradual da situação epidémica de Macau e o levantamento das medidas de prevenção nas entradas e saídas, verificou-se uma tendência ascendente do número de visitantes nos últimos meses. Os vários eventos realizados pelo Governo da RAEM e pelos diversos serviços públicos atraíram mais turistas a consumirem em Macau, tais como, o Festival de Luz e a Gala de *Drones* organizados pela DST, e o Concerto de Rock, pelo IC, entre outros, vitalizando e dinamizando a economia comunitária, trabalhos reconhecidos pelos residentes. As actividades cívicas organizadas com o apoio do Governo da RAEM, como a *Beyond International Technology Innovation Expo* e o Festival de Gastronomia, contribuíram para o enriquecimento da economia de Macau. Ao mesmo tempo, através de projectos de comércio electrónico transfronteiriço, como a “Praça de Macau”, através da criação de postos de venda oficiais e regionais em diversas plataformas, tais como, “*Douyin*”, “*Kuaishou*”, “*Tmall Global*”, “*Jingdong International*” e “*Wechat Mini Programs*”, poderão ser fornecidos às empresas de Macau canais de exploração mais amplos para injectar dinamismo no mercado.

Porém, a nova onda da pandemia provocada pela nova variante do coronavírus e as recentes flutuações no sector do jogo de Macau acrescentaram mais incertezas à recuperação económica de Macau. O Governo da RAEM e os serviços competentes não devem negligenciar esta situação, nem se aperceber dela só na última hora, devendo ficar preparados e tomar a iniciativa de avaliar a conjuntura e os riscos, e de elaborar um plano para fazer face às eventuais adversidades. Em particular, devem adoptar medidas preventivas contra uma nova onda da pandemia, ter em conta o risco de “estagnação” provocada pelo impacto económico externo, reavaliar a dimensão do Plano de formação subsidiada, reforçar o apoio aos desempregados, prolongar o prazo do requerimento do subsídio de desemprego, relaxar as restrições ao requerimento do subsídio de desemprego, etc.

Com vista à prevenção epidémica, a política alfandegária adoptada, de natureza contínua e rigorosa, provocou diversos impactos na economia e na vida da população de

(Tradução)

Macau. O fim do ano assinala a aproximação do Ano Novo Chinês, uma altura de prosperidade comercial, por isso exorto o Governo a continuar, activamente, a coordenação e a comunicação com as regiões vizinhas. Para além de manter a passagem das fronteiras estável entre Macau e o Interior da China, há que também lutar, activamente, com Hong Kong, pelo relaxamento das medidas inerentes à passagem fronteiriça, para os intercâmbios normais entre residentes de Guangdong, Hong Kong e Macau serem restaurados dentro do possível, permitindo o aproveitamento do período de ouro por parte das empresas locais, a reintegração no mercado laboral por parte de alguns desempregados e a reunião familiar, cujos membros estão separados há muito tempo.

Por fim, atendendo à procura de empregados domésticos estrangeiros pela população de Macau, exorto também o Governo a considerar, activamente, autorizar a reentrada desses empregados em Macau, mediante uma política de vacinação e medidas de quarentena mais rigorosas, de modo a aliviar a pressão dos cuidados familiares e os encargos económicos dos residentes, em prol de libertar uma maior força laboral.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 16.12.2021

Rever o planeamento decenal de trânsito e tomar medidas para aperfeiçoar as deslocações

O Governo efectuou, por adjudicação directa, o “Estudo sobre o Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)”, com duas partes, ou seja, fazer um balanço das experiências e resultados da implementação da respectiva política nos últimos dez anos, e elaborar um planeamento para os próximos dez anos, estando a sua conclusão prevista para o próximo ano.

Nos últimos 10 anos, a política de trânsito terrestre promoveu sempre a primazia dos transportes públicos, com a expectativa de a conclusão de alguns traçados do metro ligeiro poder melhorar as deslocações. Mas é lamentável que algumas obras, como o metro ligeiro e a quarta ponte Macau-Taipa, não tenham sido concluídas no prazo previsto, o que leva à não concretização dos objectivos do referido planeamento, afectando bastante os seus efeitos. Um plano, mesmo muito bem definido, se não conseguir ser concretizado, acaba por ser em vão, portanto, o Governo deve fazer um balanço do planeamento de trânsito dos últimos dez anos, aprender com as experiências de fracasso, colmatar as insuficiências e apurar as suas causas, para evitar problemas idênticos no próximo planeamento decenal.

Quanto ao metro ligeiro, que é um meio de transporte colectivo de baixo carbono e amigo do ambiente, as autoridades esperam que preste ao público serviços de deslocação convenientes, amigos do ambiente, fiáveis e confortáveis, para, em conjugação com os autocarros, táxis e sistemas pedonais, constituir uma rede de transportes públicos de mútua complementaridade, de modo a atrair mais pessoas a utilizarem os transportes públicos, diminuindo assim a utilização de veículos particulares e melhorando o ambiente geral das deslocações.

Quanto ao posicionamento do metro ligeiro definido pelas autoridades no plano geral do trânsito, este é um instrumento importante para deslocações. Mas já foi iniciada a construção do traçado do metro ligeiro e, na sua maioria, são planos de curto prazo e ainda não há uma calendarização para a linha do Porto Interior, a linha de extensão de Coloane e para os planos de médio e longo prazos. Será que, nos próximos anos, as deslocações em Macau vão basear-se em “o metro ligeiro desempenha o papel principal e os autocarros o papel complementar”, tal como afirmaram os governantes? Na minha opinião, a situação não é nada optimista.

Por outro lado, devido às alterações climáticas globais, a electrificação de todo o sistema de transporte será uma tendência mundial, e a redução da utilização e a suspensão da produção de veículos a combustível já é uma tendência do desenvolvimento de muitos países. Na 75.^a Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente Xi Jinping afirmou claramente que a China irá adoptar políticas e medidas mais eficazes, definindo um plano de acção para atingir o pico da emissão de carbono até 2030 e esforçando-se por alcançar a neutralidade de carbono até 2060. Este objectivo está previsto no 14.º Plano Quinquenal Nacional, que inclui a promoção da utilização segura e eficiente da energia limpa e de baixo carbono, e o aprofundamento da alteração dos transportes para os que são de baixo

carbono. Por outro lado, o Governo da RAEHK divulgou, na sua proposta de orçamento, o primeiro plano de generalização do uso de veículos eléctricos, incluindo a suspensão do registo de novos automóveis movidos a combustível até 2035 e o alargamento da rede de carregamento de veículos eléctricos, bem como a elaboração de um plano de responsabilidade para os produtores de baterias tratarem as baterias obsoletas dos veículos eléctricos.

É de salientar que a promoção e utilização de veículos movidos a novas energias, incluindo os eléctricos, estão relacionadas com as futuras políticas de protecção ambiental e também, directamente, com o desenvolvimento dos transportes, por isso, para além de reforçar o desenvolvimento dos transportes públicos por esta via, as autoridades devem ter um plano de desenvolvimento dos veículos eléctricos e efectuar bem os respectivos trabalhos de apoio, aquando do planeamento da futura distribuição da rede viária.

Assim sendo, apresento as seguintes opiniões e sugestões sobre a revisão do planeamento do trânsito, a clarificação do posicionamento do metro ligeiro e a generalização dos veículos eléctricos:

1. Do ponto de vista do ordenamento urbano e do planeamento do trânsito, um sistema de deslocações eficaz deve ser constituído por vários meios de transporte e sistemas pedonais articulados entre si, para que a população possa organizar as suas deslocações através de vários meios. Por isso, no planeamento do trânsito para os próximos dez anos, é preciso dar importância ao aperfeiçoamento e à implementação do sistema de transportes públicos, bem como à boa articulação e complementaridade mútua.

2. O Governo deve acelerar o ritmo de construção e concretizar os traçados planeados para o metro ligeiro, e ainda aprender com as experiências de fracasso, por forma a clarificar as funções do metro ligeiro na política de transportes terrestres para os próximos 10 anos. Ao mesmo tempo, deve desenvolver, em tempo oportuno, o planeamento do traçado a médio e a longo prazos, para que o metro ligeiro possa desempenhar efectivamente a importante função de aliviar a pressão do trânsito de Macau no futuro.

3. Embora nas Linhas de Acção Governativa para o próximo ano se mencione a elaboração de um plano de promoção do uso de veículos eléctricos, para uma articulação com as políticas nacionais e com a tendência do desenvolvimento mundial, o Governo deve planear, quanto antes, os trabalhos de generalização do uso de veículos eléctricos em Macau. O Governo deve definir os indicadores, melhorar as instalações de carregamento e as medidas de incentivo, etc., para promover e vulgarizar o uso de veículos eléctricos, com vista a concretizar o objectivo de se atingir o pico de emissões do carbono e chegar depois à sua neutralidade, promovendo a construção do transporte ecológico de Macau.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 16.12.2021

As concessionárias do jogo perderam mais de mil trabalhadores locais; devem criar-se estágios subsidiados para apoiar a reintegração dos desempregados no mercado de trabalho

Devido à instabilidade do surto de COVID e às restrições fronteiriças de Macau e Zhuhai, nos primeiros três trimestres deste ano o número de turistas foi de apenas 5 milhões e 755 mil, nem chegou a 20% do registado antes do surgimento da epidemia. Mais, com o impacto dos recentes incidentes das salas VIP, as receitas brutas do jogo caíram em grande escala, totalizando cerca de 78,9 mil milhões de patacas nos meses de Janeiro a Novembro deste ano, apenas cerca de 30% do registado nos meses homólogos de 2019.

No início da epidemia, o Governo apelou, publicamente, às concessionárias do jogo e às salas VIP para não despedirem os seus trabalhadores, assegurarem o seu emprego e ultrapassarem em conjunto as dificuldades. Durante a epidemia, o Governo tem lançado slogans como “estabilidade da economia e salvaguarda do emprego” e “prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego”, mas, segundo os dados da DSAL, o número de trabalhadores locais das seis concessionárias do jogo desceu de 76 954, em Março do ano passado, para 74 601, em Junho deste ano, uma redução de 2353 trabalhadores. Apesar de, no mesmo período, o número de trabalhadores não residentes das seis concessionárias ter diminuído cerca de 7000, o número de trabalhadores não residentes ainda se situa em 19 926.

Tendo em conta que as seis concessionárias do jogo perderam, nos últimos dois anos, mais de dois mil postos de trabalho de trabalhadores locais e que, devido à onda de encerramento das salas VIP, milhares de postos de trabalho locais deixaram de existir, o Governo não pode continuar de braços cruzados, deve antes tomar a iniciativa de cortar cerca de 20 mil quotas de não residentes das seis concessionárias do jogo, para libertar postos de trabalho suficientes e adequados para os trabalhadores locais.

Para aliviar os desempregados afectados pela epidemia, o Governo lançou, em meados do ano passado, o “Plano de formação subsidiada”, atribuindo aos formandos um subsídio de 6656 patacas após a conclusão com sucesso da formação técnica e da colocação em emprego. Até ao momento, foram realizadas 14 rondas de candidatura, e até Abril deste ano, 1870 formandos concluíram o “Plano de formação subsidiada orientada para a empregabilidade”, mas apenas 254 foram contratados com sucesso, o que corresponde a uma taxa de menos de 15%.

Além disso, a DSAL lançou este ano o Plano de Estágio “Criar Melhores Perspectivas de Trabalho” 2021, com o fim de permitir que os recém-graduados do ensino superior, antes de se integrarem na sociedade, possam acumular experiência através de 3 meses de estágio em local de trabalho, de modo a terem uma boa preparação prática. Cada participante pode receber um subsídio de 8000 patacas por mês ou 50 patacas por hora atribuído pelas empresas. Este plano envolveu diversos sectores e foram disponibilizadas

no total 1874 vagas de estágio. Contudo, após duas fases de recrutamento, apenas 552 vagas foram efectivamente ocupadas.

Concordo que, neste momento económico difícil, é prioridade do Governo adoptar medidas para garantir o emprego. Actualmente, a formação profissional e a formação destinada à reconversão profissional produzem poucos efeitos, por isso, sugiro que o Governo combine os conceitos do “Plano de formação subsidiada” e do “Plano de Estágio ‘Criar Melhores Perspectivas de Trabalho 2021’”, e colabore com as grandes empresas e serviços de utilidade pública para lançar um programa de formação em exercício e de estágio, portanto, teórico e prático. Depois da formação teórica de curta duração, os formandos podem trabalhar como estagiários, e as empresas e os serviços de utilidade pública pagam-lhes um salário, com base numa determinada proporção do salário original e num período fixado. Esse programa pode proporcionar aos recém-licenciados, jovens e desempregados oportunidades de emprego com requisitos menos rigorosos, e também lhes permite acumular experiência e aumentar as suas competências técnicas. As empresas põem em prática a formação em exercício e podem, ao mesmo tempo, recorrer a esse programa para reduzir os custos da formação do seu pessoal, o que significa muitos benefícios. Mais, as lojas antigas e tradicionais com dificuldades de exploração podem recorrer a esse programa para recrutar jovens e desempregados, aliviando assim a pressão devido à falta de recursos humanos.

2021-12-16 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“No âmbito da responsabilidade social, as Concessionárias do Jogo devem “absorver” de imediato todos os trabalhadores das suas Salas VIP que recentemente ficaram sem emprego”

O nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos, (GAC) tem vindo a receber, cada vez mais, muitos pedidos de jovens trabalhadores que ficaram sem emprego devido às “convulsões” que estão a acontecer na maioria das Salas VIP de algumas das concessionárias do Jogo, nomeadamente a da “Suncity”. Os casinos foram sempre o pilar da nossa economia e os trabalhadores quer sejam os da limpeza, motoristas, relações-públicas, pessoal do escritório etc., contribuíram enormemente para o desenvolvimento “desenfreado” desta indústria.

Hoje, a RAEM dispõe de excelentes reservas financeiras fruto dos esforços desenvolvidos por estes trabalhadores sujeitos ao regime de turnos e sem compensações monetárias. Muitos têm problemas de saúde, outros contraíram doenças profissionais. Deste modo, cabe às concessionárias do Jogo e as autoridades competentes o dever de intervir com medidas concretas e eficazes para resolver os problemas destes jovens que recentemente ficaram sem emprego.

Muitos destes jovens trabalhadores constituíram famílias e têm amortizações bancárias por pagar, despesas fixas para sustento dos seus filhos e não podem ficar de “mãos a abanar” porque precisam de sobreviver. Gostaríamos de frisar, que com a RAEM confinada e poucos visitantes é muito difícil “arranjar” um emprego.

A recente abertura por parte da DSAL de uma linha directa e um balcão exclusivo para apoiar os trabalhadores da Sala VIP “Suncity” para serviços de consulta sobre direitos e interesses laborais, registo para procura de emprego e formação profissional é manifestamente insuficiente para resolver de imediato o problema dos “despedimentos camuflados” e o não pagamento dos salários relativos ao mês de Novembro.

Os trabalhadores da “Suncity” alegam que a DSAL não tem agido proactivamente limitando a “trabalhos de fachada” ao invés de enviar de

imediatamente os seus inspectores para averiguar o que se está a passar com a empresa após o recebimento das referidas queixas.

Para cúmulo das desgraças, esta DSAL ainda os obrigou a apresentar o comprovativo de despedimento para ter acesso a formação da DSAL. Como é que os trabalhadores vão conseguir estes comprovativos quando quase todos os responsáveis da empresa “Suncity” “desapareceram do mapa” e ninguém tem competências para assinar as declarações de despedimento sem justa causa dos trabalhadores? Os queixosos esperam da DSAL medidas concretas e eficazes como o não pagamento dos salários do mês de Novembro e não acções de “fachada” e “relações-públicas”.

Finalmente, não devemos esquecer, que termos legais, as Salas VIP como a “Suncity” e todas outras só podem funcionar com o consentimento das Concessionárias do Jogo. E estas, (Concessionárias do Jogo) nunca podem demitir-se das suas responsabilidades do que tudo acontece dentro nas Salas VIP. Porque, somente as autoridades competentes podem autorizar a criação de Salas de Jogo mas sempre mediante pedidos formulados pelas respectivas Concessionárias do Jogo.

Assim, sugerimos aos Senhor Chefe do Executivo para que ordene com urgência a tutela da DSAL e DICJ no sentido das Concessionárias do Jogo virem a “absorver” todos os trabalhadores das Salas VIP incluindo os trabalhadores da “Suncity” que ficaram recentemente desempregados.

Muito Obrigado.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 16.12.2021

O Governo da RAEM deve adoptar, quanto antes, medidas para ptimizar o trânsito das grandes instalações e actividades

No dia 5 de Setembro de 2021, o Governo Central lançou oficialmente o “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”. Com o incentivo e a atractividade das diversas políticas, muitos cidadãos de Macau estão a optar por trabalhar ou adquirir imóveis na Ilha de Hengqin, na expectativa de obter mais desenvolvimento na sua carreira pessoal.

Desde a entrada em funcionamento do posto fronteiriço da Ilha de Hengqin, em 2020, muitos residentes de Macau apresentaram ao nosso Gabinete as suas opiniões sobre a falta de instalações complementares de trânsito nesse posto. Actualmente, aí não há nenhum parque de estacionamento público, e apenas é permitida a circulação de autocarros, táxis, “veículos com uma matrícula” ou “veículos com dupla matrícula”. Se os cidadãos pretenderem passar pelo posto fronteiriço de Hengqin conduzindo o seu veículo, só podem optar por deixar o seu carro no parque de estacionamento do antigo posto fronteiriço da Flor de Lótus, apanhando depois o *shuttle bus*. Devido à insuficiência de carreiras de autocarros e da sua frequência, se não for permitida a entrada de veículos particulares no posto fronteiriço da Ilha de Hengqin, será assim uma grande inconveniência para os cidadãos que queiram passar por aquele posto.

É de referir que a intenção original da abertura do Posto Fronteiriço de Hengqin era facilitar a circulação de pessoas entre os dois lados e promover ainda mais a cooperação entre Guangdong e Macau. Mas a actual situação contraria esta intenção original e resulta na redução significativa da vontade do público de efectuar a passagem fronteiriça através desse posto. O Governo anunciou em 2020 que, no futuro, os veículos particulares seriam autorizados a entrar no Posto Fronteiriço de Hengqin (lado de Macau) pela Ponte Flor de Lótus, mas até ao momento o calendário ainda está por materializar.

Mais, no terreno onde se localiza o Posto Fronteiriço de Hengqin (lado de Macau) não há lugares suficientes de estacionamento para veículos particulares. Ora, veja-se como exemplo o Posto Fronteiriço Qingmao, que entrou em funcionamento em Setembro de 2021, onde se encontram nos arredores 4 auto-silos, com um total de 4782 lugares de estacionamento. Para facilitar melhor as deslocações da população e promover o desenvolvimento comercial entre Guangdong e Macau, o Governo deve, a par de permitir, quanto antes, a entrada de veículos particulares de Macau no Posto Fronteiriço de Hengqin (lado de Macau), planear com antecedência os lugares de estacionamento e construir mais auto-silos em prol da melhoria das instalações complementares de trânsito, para evitar a falta de lugares de estacionamento aquando da autorização, no futuro, da entrada de veículos particulares neste posto fronteiriço.

Além da questão do posto fronteiriço de Hengqin, recentemente, o nosso escritório também recebeu uma outra opinião sobre o estacionamento. Como todos sabem, a MIF é

uma exposição internacional de grande envergadura que atrai anualmente a participação de muitas micro, pequenas e médias empresas. Mas os participantes indicaram que o fluxo de pessoas da 26.^a MIF diminuiu significativamente, principalmente porque o parque de estacionamento estava aberto apenas aos convidados VIP. Assim, muitos expositores não puderam transportar os seus produtos para a Feira, e os visitantes também não puderam estacionar os seus veículos. Mas, se o veículo estivesse estacionado fora do parque de estacionamento, seria, obviamente, um acto de estacionamento ilegal. Em comparação com a recente Feira Internacional de Automóveis, no “Venetian”, o parque de estacionamento estava aberto a todos os participantes, e o número de participantes foi, evidentemente, diferente do registado na 26.^a MIF.

Ao longo dos anos, a falta de lugares de estacionamento tem sido um problema que perturba muito a população de Macau. Assim, ao planear as infra-estruturas e organizar eventos de grande envergadura, o Governo deve planear e organizar, de forma prospectiva, as necessidades de deslocação dos residentes, arranjando lugares de estacionamento suficientes para facilitar as suas deslocações. Caso contrário, trata-se apenas de uma política que perturba a população e prejudica os seus recursos financeiros.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.12.2021

A qualidade dos serviços médicos tem implicações directas com a saúde e a segurança da vida da população. Com o progresso da sociedade, a população presta cada vez mais atenção à sua saúde. Antes, a população pensava que os serviços médicos tinham apenas como objectivo tratar doenças, mas agora está paulatinamente a mudar o seu pensamento e presta igualmente atenção aos serviços de cuidados de saúde. Nos últimos anos, com os esforços incansáveis das autoridades, o nível geral dos serviços médicos de Macau conseguiu um grande progresso, mas não se pode negar que ainda há espaço para melhorias.

Quanto aos serviços médicos, continuam as queixas dos cidadãos, dizendo que, às vezes, continuam a ter de aguardar mais de 3 horas pela consulta no serviço de urgência do hospital público, e que, após a consulta nos centros de saúde, caso necessitem de ser transferidos para o Centro Hospitalar Conde de S. Januário para consulta ou para a realização de exames médicos grandes, têm geralmente de esperar vários meses, e depois precisam de esperar para se inteirarem dos relatórios dos exames médicos, por isso, a oportunidade de tratamento é sempre adiada. Nas Linhas de Acção Governativa, o Governo afirma que dá importância à experiência dos residentes na consulta médica e que vai otimizar os serviços de saúde comunitários e especializados, para que os doentes possam ter um tratamento adequado. Assim, os cidadãos esperam que as autoridades melhorem os respectivos procedimentos, encurtem, tanto quanto possível, o tempo de espera pelos exames médicos e serviços de imagiologia, bem como pelos resultados dos relatórios, para que os cidadãos possam ter acesso a serviços médicos atempados.

No âmbito dos serviços de saúde, segundo o Governo, as obras do Complexo Hospitalar das Ilhas vão estar concluídas no próximo ano e será introduzida, através de um modelo de cooperação, uma entidade sem fins comerciais, para acompanhar o funcionamento, a gestão e os serviços, o que pode criar condições para o desenvolvimento de “saúde+turismo”. Nesta era pós-epidemia, a saúde tornou-se indubitavelmente o tema que mais preocupa a população, e o conceito e a atitude dos cidadãos ao nível da saúde também mudaram, isto é, passou de um modelo passivo para um modelo activo e preventivo, portanto, o Governo, além de dar importância ao desenvolvimento de “saúde+turismo”, deve reforçar o desenvolvimento sinérgico da indústria de “*Big health*+turismo”, para promover a modernização e a transformação das actividades de saúde tradicionais. A indústria *Big Health* constitui um novo caminho para o desenvolvimento da indústria da saúde e uma oportunidade importante para a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Quanto à electrónica dos serviços de saúde, o Governo tem promovido activamente o plano-piloto de intercomunicabilidade electrónica de processos clínicos entre o Centro Hospitalar Conde de São Januário, os centros de Saúde e o Hospital Kiang Wu, e no futuro vai proceder, gradualmente, à segunda fase destes trabalhos, na esperança de promover o reconhecimento mútuo dos relatórios de exames médicos entre hospitais, evitando que os cidadãos tenham de fazer, repetidamente, os mesmos exames quando vão a hospitais diferentes, para não se desperdiçar recursos humanos e materiais.

IAOD dos Deputados Kou Kam Fai, Ma Chi Seng e Wu Chou Kit em 16.12.2021

Aproveitamento da “Aula Tiangong” para impulsionar o desenvolvimento diversificado da educação e fazer planos de vida

Recentemente, a primeira aula espacial – “Aula Tiangong” – da estação espacial chinesa foi um grande sucesso. Macau foi um dos locais deste evento, e os três astronautas da tripulação do voo espacial da Shenzhou 13 serviram como “professores espaciais” e interagiram em tempo real, por videochamada, com pessoal docente e estudantes locais em terra. Os astronautas demonstraram cenas de trabalho e da vida quotidiana, bem como os projectos de estudo na estação espacial, e mostraram aos estudantes uma série de actividades experimentais, como a viragem no espaço, a perda de fluabilidade e a experiência óptica de um balão de água, a par de responderem, de imediato, às perguntas levantadas por aqueles.

Esta foi a segunda vez que o nosso país deu aulas no espaço, após a primeira vez realizada em 2013 pelo astronauta na nave Shenzhou 10. Parece que as aulas são normais, mas, na verdade, são projectos complexos com um longo tempo de preparação, elevados custos de preparação das aulas, dificuldades técnicas e um elevado nível de risco, projectos que poucos países do mundo conseguem concluir hoje em dia. Macau teve o privilégio de ser um dos quatro locais escolhidos para a “Aula Tiangong” em todo o país, o que demonstra a importância dada pelo país à educação científica dos jovens de Macau. Quanto a isto, tenho algumas ideias.

Seguimento da aula espacial da estação Tiangong e maior reforço da diversificação do desenvolvimento do ensino básico. O Governo deve considerar a continuidade do efeito da Aula Espacial Tiangong para uma visão mais alargada e um melhor conhecimento dos jovens sobre a indústria espacial do nosso País, contribuindo, assim, para o planeamento do seu futuro e o reforço do seu conceito de patriotismo. Além da educação em ciência espacial, os trabalhos de divulgação devem abranger aulas sobre computação em nuvem, megadados, rede móvel de Internet, inteligência artificial e outras tecnologias modernas. O conceito de “Internet+” deve estar mais integrado no ensino para cultivar a visão nacional e a confiança cultural nos jovens. Além do ensino de conhecimentos e do cultivo do seu carácter, deve-se também dar atenção ao desempenho dos alunos e às suas necessidades de aprendizagem, proporcionar-lhes o apoio adequado, em articulação com a política e a direcção definidas pelo Governo para a área educativa, e aperfeiçoar ainda mais o ensino.

Por outro lado, devemos promover a autovalorização dos jovens, para estes aproveitarem os tempos livres e as oportunidades de aprendizagem. O Governo e as escolas têm a responsabilidade de cooperar, para os jovens terem experiências de aprendizagem mais ricas e adquirirem os necessários conhecimentos, aptidões e atitudes para o século XXI, incentivando-os a participar em actividades benéficas para a saúde física e mental, por forma a aprofundar os seus conhecimentos sobre as suas aspirações, interesses e capacidades, e a planear a sua vida o mais cedo possível, inculcando-lhes a vontade de se preocuparem e de servirem a sociedade, transformando-os em pilares da

sociedade e construindo uma Macau mais bela.

Os jovens de Macau têm as suas próprias vantagens. No dia 11 de Março, o País divulgou o 14.º Plano Quinquenal, onde se refere que vai facilitar que os jovens de Hong Kong e Macau estudem, trabalhem e criem negócios nas cidades da Grande Baía. O Governo da RAEM tem promovido vários trabalhos para os jovens de acordo com as “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, incluindo uma série de programas de intercâmbio, estágios e empreendedorismo, ajudando ainda os jovens de Macau a aproveitar o ponto de partida mais adequado para a construção da Grande Baía. O recente “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” é uma medida importante para a concretização das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, e é um forte suporte para a promoção do desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau. Desde que os jovens estejam dispostos a ter uma atitude aberta, positiva e corajosa para tentar, podemos dizer que as oportunidades estão em todo o lado e que pode haver grande sucesso.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.12.2021

Estabilizar o desenvolvimento económico de Macau

Face ao impacto da epidemia, o Governo lançou, rapidamente, medidas de apoio económico, para estabilizar a economia de Macau e manter o desenvolvimento estável da sociedade. Para além do Governo, que trabalhou com empenho, os diversos sectores sociais de Macau também se uniram e se apoiaram mutuamente, enfrentando grandes pressões, especialmente o sector do jogo, que cumpriu com rigor as exigências para a implementação das políticas de estabilização, por isso, praticamente, não houve nenhuma vaga de despedimentos e a economia conseguiu manter-se estável. Para além da manutenção da estabilidade económica, o Governo também pretende promover a recuperação económica de Macau, nomeadamente, através do reforço da divulgação da cidade segura, e promover activamente o desenvolvimento das novas indústrias, como as de finanças, convenções e exposições, ciência e tecnologia, o que faz com que o desenvolvimento económico de Macau entre numa nova fase de recuperação.

Mas o recente incidente das salas VIP acelerou o ciclo de ajustamento da economia de Macau, fazendo com que esta, que se encontrava estável, voltasse a ser abalada. O mercado já tinha previsto este incidente, que afectou o desenvolvimento da indústria do jogo, levando a que a confiança das pessoas no investimento no mercado de Macau diminuísse ainda mais. Sob a influência dos factores internos e externos, o ambiente económico de Macau tornou-se cada vez mais complexo e mutável, a sua economia, onde as empresas são na maioria pequenas e médias, foi ainda mais afectada e as micro, pequenas e médias empresas depararam-se com mais dificuldades nos seus negócios. Perante este ambiente de mercado em constante mudança, o Governo deve proceder a uma avaliação cautelosa sobre o desenvolvimento económico e reajustar as respectivas políticas, especialmente, implementando políticas e medidas concretas de apoio às pequenas e médias empresas, e aproveitando bem o regime de aquisições para reforçar a captação de investimentos, a fim de acelerar e aumentar a capacidade de resposta às mudanças do mercado, estabilizando o desenvolvimento económico o mais rápido possível.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Segundo o Governo, este caso não vai afectar o desenvolvimento sustentável e saudável do sector do jogo, mas há que reconhecer que Macau se encontra numa fase inicial de desenvolvimento diversificado e adequado, pois só com uma consolidação de base se pode desenvolver a diversificação. O Governo deve assumir uma maior determinação, com mais esforço, e aproveitar a oportunidade da revisão das leis, para orientar o desenvolvimento saudável do sector, e deve, especialmente com base no novo rumo de desenvolvimento e no pensamento inovador do País, reconquistar a confiança da população no sector do jogo, para que o sector se possa desenvolver correctamente e o posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer possa ser estável, com vista a garantir a força motriz fundamental do futuro desenvolvimento económico.

2. Para estabilizar a economia, o Governo tem de salvaguardar o corpo principal do mercado. Mais de 90 por cento das empresas são de micro, pequena e média dimensão. As medidas de apoio na fase inicial podiam, em certa medida, aliviar as influências sentidas pelas PME, provocadas pelo surto da epidemia, mas, face à rápida evolução do período de ajustamento do sector do jogo, o Governo tem de rever as políticas de apoio, para lançar novas medidas, como no âmbito de financiamento e de recursos humanos, e ajustar, de forma activa, o desenvolvimento desequilibrado do mercado, por exemplo, procedendo à coordenação entre o volume das fracções desocupadas e o da sua procura, para promover ainda mais o desenvolvimento estável do sector imobiliário e manter o desenvolvimento básico das PME.

3. Um mercado aberto pode promover eficazmente o desenvolvimento económico, e a liberalização do jogo pelo Governo permite que a economia local desfrute dos dividendos do desenvolvimento, criando-se um milagre económico. O Governo deve aprofundar a liberalização do mercado, nomeadamente, quanto a algumas concessões exclusivas, para captar mais investimentos de empresas, estimulando assim o desenvolvimento da economia local. Mais, o Governo deve também aumentar as aquisições no mercado, para promover os investimentos. Mas o regime de aquisições do Governo ainda não é o mais perfeito e continua a apresentar insuficiências ao nível da transparência, pois mesmo nos concursos públicos há sempre condições e limitações que só alguns concorrentes satisfazem e, por vezes, procede-se às aquisições no exterior, assim, as empresas locais dificilmente conseguem ter oportunidade de desenvolvimento, e a confiança do mercado vai enfraquecer ainda mais, o que desfavorece o reforço de investimentos locais. Assim, o Governo tem de aperfeiçoar o regime de aquisições, para criar um ambiente justo de negócios, reforçando a promoção de investimentos e do desenvolvimento local.

**IAOD dos Deputados Chan Iek Lap, Chui Sai Cheong e Vong Hin Fai em
16.12.2021**

**A renovação urbana poderá dificultar a vida de alguns consultórios
médicos privados**

Acelerar a promoção dos trabalhos de renovação urbana não só corresponde ao desenvolvimento da sociedade local, como também às exigências gerais dos moradores dos bairros antigos. Quanto à reconstrução dos prédios antigos do Bairro de Iao Hon, a empresa responsável divulgou, em Maio do corrente ano, os resultados do relatório de estudo sobre os 7 edifícios em Iao Hon, segundo os quais, naqueles edifícios há cerca de 30% de proprietários e 45% de arrendatários. Quanto às restantes fracções, ou estão desocupadas, ou ninguém respondeu quando se bateu à porta. De entre os proprietários entrevistados, mais de 90% dos que lá vivem apoiam a reconstrução, enquanto que uma pequena parte de comerciantes não apoia ou não se pronuncia, assumindo uma atitude de observação.

Como todos sabemos, a promoção dos trabalhos de renovação urbana depende da protecção legal de vários interessados, e o principal diploma legal sobre este assunto, a proposta de lei intitulada "Regime jurídico da renovação urbana", foi já entregue à AL. Esta proposta de lei tem como eixo principal a "reconstrução dos edifícios antigos", com o objectivo de resolver, de forma específica, as dificuldades e os actuais conditionalismos legais inerentes ao processo de reconstrução dos edifícios em Macau, contemplando ao mesmo tempo a situação de desenvolvimento de vários edifícios antigos através de anexação, com vista à promoção e concretização gradual e pragmática dos trabalhos de renovação urbana.

É de salientar que, na promoção ordenada dos trabalhos de renovação urbana de acordo com a lei, além de se garantir os devidos direitos dos residentes dos bairros antigos a habitar nos novos edifícios, é também necessário garantir o seu direito ao desenvolvimento sustentável. Quanto a este direito, há dias, um grupo de médicos que abriu clínicas nos Edifícios Son Lei, Hong Tai, Kak Cheong, Man Sau e Seng Yee, que integram os "Sete Edifícios no Bairro Iao Hon", manifestou as suas preocupações sobre a possibilidade de poderem continuar, nos termos da lei, com os seus consultórios nos apartamentos dos edifícios reconstruídos após a renovação urbana.

De acordo com o grupo de médicos, nos termos da norma de excepção da lei aplicável, há décadas que estes têm as suas clínicas em fracções não comerciais no bairro Iao Hon. Com a demolição e reconstrução, vão perder o local de trabalho, e se a reconstrução demorar três ou quatro anos, vão sofrer prejuízos económicos graves. Mais, as suas clínicas são no segundo ou terceiro andar dos edifícios, ou em fracções não comerciais, mas nos termos da lei vigente, os centros médicos ou clínicas privadas só podem instalar-se no rés-do-chão ou edifícios comerciais. Então, salvo disposição legal em contrário, o dia da reconstrução dos sete edifícios (que não são, nem vão ser de finalidade

comercial) será o dia em que estes médicos vão perder os seus direitos e interesses laborais.

Face ao grupo de médicos que, eventualmente, perderá o seu emprego e os seus legítimos direitos e interesses devido ao desenvolvimento da renovação urbana, sugere-se aos serviços competentes que tomem a iniciativa de estabelecer comunicação activa com estes médicos, a fim de se encontrar, em conjunto, uma solução para que, no futuro, quando os trabalhos de renovação urbana forem desenvolvidos de forma ordenada, sejam assegurados os seus direitos de acesso ao emprego e ao desenvolvimento da sua carreira profissional.